

# O Papel da Teoria da Distribuição nos Modelos de Crescimento com Pleno Emprego de Kaldor: uma avaliação crítica

Fabio N. P. de Freitas<sup>†</sup>

## Resumo

O artigo analisa criticamente a teoria da distribuição de Kaldor no contexto de seus modelos de crescimento econômico com pleno emprego da segunda metade da década de 1950. Os principais resultados dessa análise são os seguintes. Primeiro, a contribuição da teoria da distribuição de Cambridge para os modelos em questão está restrita ao provimento de um mecanismo de ajustamento entre oferta e demanda agregadas, numa condição de pleno emprego da força de trabalho. Segundo, o referido mecanismo de ajustamento não é considerado plausível no caso de excesso de oferta agregada em pleno emprego, pois o mecanismo keynesiano tradicional de ajustamento não encontra nenhuma restrição ao seu funcionamento e o mecanismo kaldoriano pressupõe um comportamento por parte das firmas pouco razoável do ponto de vista econômico. Terceiro, o mecanismo kaldoriano é igualmente implausível no caso de excesso de demanda agregada em pleno emprego, uma vez que nesta situação é mais provável que exista uma resistência dos salários aos aumentos de preços, impedindo a queda da parcela dos salários prevista pela teoria de Cambridge. Finalmente, evidenciamos o caráter arbitrário da teoria da distribuição de Cambridge no contexto em que ela foi proposta e utilizada por Kaldor.

## Abstract

This paper critically analyzes Kaldor's theory of distribution in the context of his economic growth models with full employment of the second half of the 1950's. The main results of this analysis are the following. First, the contribution of the Cambridge theory of distribution for the growth models under investigation is constrained at providing an adjustment mechanism between aggregate supply and demand in a condition of full employment of the labor force. Second, this kaldorian adjustment mechanism is considered not plausible in the case of aggregate excess supply at full employment, since the traditional keynesian adjustment mechanism is not constrained in its functioning, and the kaldorian mechanism supposes a not very reasonable economic behavior of the firms. Third, the kaldorian mechanism is equally implausible in the case of aggregate excess demand at full employment, because in this situation it is more likely that there exists a wage resistance to increasing prices, avoiding the decrease in the share of wages predicted by the Cambridge theory. Finally, we show that the Cambridge theory of distribution has an arbitrary character in the very context in which it was proposed and used by Kaldor.

**Palavras-chave:** Nicholas Kaldor; Distribuição de Renda; Crescimento Econômico.

**Keywords:** Nicholas Kaldor; Income Distribution; Economic Growth.

**ANPEC Área 1 - Escolas do pensamento econômico, metodologia e economia política.**

**Área JEL:** B31; B22; E12; E25; O4.

<sup>†</sup> Professor Adjunto do Instituto de Economia da UFRJ. Endereço: Instituto de Economia – UFRJ, Av. Pasteur, 250, Urca – Rio de Janeiro – RJ, 22.290-240. Telefones: +21 38735243/5242. Fax.: +21 25418148. Endereço eletrônico: [fabio@ie.ufrj.br](mailto:fabio@ie.ufrj.br).

# O Papel da Teoria da Distribuição nos Modelos de Crescimento com Pleno Emprego de Kaldor: uma avaliação crítica

## Introdução

Nicholas Kaldor foi um dos principais proponentes da teoria da distribuição de Cambridge,<sup>1</sup> uma teoria que tem sido influente na interpretação do comportamento da distribuição funcional da renda em países desenvolvidos e subdesenvolvidos. A formulação dessa teoria da distribuição está intimamente relacionada com as reflexões do autor acerca do processo de crescimento das economias capitalistas avançadas no pós-guerra. O presente artigo analisa criticamente a teoria da distribuição de Cambridge no contexto dos modelos de crescimento econômico formulados pelo autor entre meados da década de 1950 e o início da década de 1960 (Kaldor 1960b[1955-6], 1960a[1957], 1978[1958] e 1978[1962]). Nessa análise crítica pretendemos identificar as características básicas desta teoria da distribuição, delimitar seu papel nos modelos de crescimento em questão e avaliar sua plausibilidade como uma explicação para a distribuição funcional da renda.

Para dar conta deste objetivo o artigo será estruturado da seguinte maneira. Na primeira seção é apresentado o contexto teórico em que Kaldor desenvolveu suas teorias da distribuição e do crescimento. Nela ênfase será concedida à idéia de Kaldor de que as economias capitalistas avançadas seriam caracterizadas pelo pleno emprego da força de trabalho, pois esta idéia foi a principal razão para o autor propor sua teoria da distribuição. Na segunda seção investigaremos a relação entre a teoria da distribuição de Cambridge e o processo de crescimento no contexto de uma versão simplificada dos modelos kaldorianos de crescimento com pleno emprego. O uso de uma versão simplificada dos modelos originais de Kaldor tem a função de preparar o leitor para a análise crítica a ser empreendida na terceira seção do trabalho. Tal análise crítica tem duplo objetivo. Primeiramente, ela busca delimitar precisamente o papel da teoria da distribuição de Cambridge nos modelos de crescimento em questão à luz do contexto teórico em que ela foi proposta. Em segundo lugar, realizada tal delimitação, procuramos avaliar a plausibilidade da própria teoria da distribuição proposta por Kaldor. Nesse sentido, questionamos diretamente o caráter endógeno ou espontâneo do mecanismo de ajustamento entre oferta e demanda agregadas baseado na teoria da distribuição de Cambridge, e, conseqüentemente, a plausibilidade desta teoria.

## 1 - Contexto teórico

Na década de 1950 as economias capitalistas avançadas estavam entrando num período histórico caracterizado por um alto crescimento econômico conjugado com uma relativa estabilidade do ponto de vista das flutuações econômicas. Tal período ficou conhecido na historiografia como a “época de ouro” do capitalismo, devido ao bom desempenho econômico experimentado pelas economias capitalistas desenvolvidas. A teoria econômica acabou por refletir estes acontecimentos históricos por meio de uma mudança de ênfase entre as análises das flutuações e do crescimento econômicos. Desde o advento da “revolução keynesiana” e de sua consolidação no final dos anos 30 do século passado, as investigações teóricas estavam predominantemente voltadas para a análise das flutuações econômicas. A partir do período em questão a ênfase foi alterada no sentido de privilegiar a pesquisa teórica do processo de crescimento econômico. Kaldor, sempre sensível aos acontecimentos a sua volta, não poderia deixar de ser influenciado por estes

---

<sup>1</sup> Esta teoria foi apresentada originalmente em Kaldor (1960b[1955-6]).

desenvolvimentos históricos e teóricos. Sendo assim, a partir de meados da década de 1950 a teoria do crescimento econômico passou a ocupar uma posição central nas reflexões do autor. Convém, portanto, investigarmos o contexto teórico em que se deram estas reflexões.

Com efeito, na literatura da época sobre a teoria do crescimento econômico as discussões estavam, em grande medida, pautadas pelas questões suscitadas pelos trabalhos de Harrod (1939 e 1948). Duas questões, em particular, ocupavam a atenção dos autores. Uma dizia respeito à estabilidade de um equilíbrio entre oferta e demanda agregadas no contexto de uma economia em crescimento e a outra estava relacionada com a existência e a estabilidade de um processo de crescimento equilibrado (*steady-state growth*). Na terminologia de Harrod, a primeira questão estava associada à análise da relação entre as taxas efetiva (ou desejada) e garantida de crescimento, enquanto a segunda envolvia a análise da relação entre as taxas garantida e natural de crescimento. Harrod não acreditava na existência um mecanismo econômico que garantisse o ajustamento entre as taxas efetiva e garantida de crescimento, de modo que as economias em crescimento estariam frequentemente sujeitas a desequilíbrios entre oferta e demanda agregadas. Segundo o mesmo autor, também não existiria nenhum mecanismo econômico que garantisse convergência entre as taxas de crescimento garantida e natural, o que comprometeria a viabilidade de uma trajetória de crescimento equilibrado.

Na avaliação de Kaldor os resultados negativos obtidos por Harrod decorriam do fato dele considerar a taxa de poupança e a taxa de crescimento da produtividade do trabalho como variáveis exógenas ao seu modelo de crescimento. Como resultado destas hipóteses, a literatura da época, refletindo a influência das idéias de Harrod, estava “[...] confinada à tarefa mais modesta de mostrar as relações específicas que devem prevalecer entre os valores dos diferentes parâmetros [ou variáveis exógenas] [para que] eles possam ser consistentes com a taxa de crescimento equilibrado para a economia com um todo” (Kaldor, 1960a[1957], p. 259; tradução nossa). No entanto, segundo Kaldor, naquela altura já existia um “[...] um crescente reconhecimento do fato de que nem a proporção da renda poupada nem a taxa de crescimento do produto por homem [...] são variáveis independentes com respeito à taxa de crescimento da produção” (Idem, p. 259; tradução nossa). O corolário disto seria a necessidade de supor “[...] que a taxa observada de progresso [crescimento] de uma economia capitalista é o resultado da interação mútua de forças que só podem ser adequadamente representadas na forma de simples relações funcionais (como curvas de oferta e demanda) e não por constantes” (Idem; tradução nossa). Nos modelos de Kaldor do período, as relações funcionais<sup>2</sup> envolvidas são: a função poupança, a função investimento e a função de progresso técnico. No que segue abaixo trataremos apenas da função poupança, uma vez que nosso foco neste artigo é a discussão da teoria da distribuição de renda que é o principal determinante desta função.<sup>3</sup>

No mesmo período em que Kaldor formulava seus modelos de crescimento, estava sendo desenvolvida uma teoria alternativa de orientação neoclássica. Dentre as contribuições originais nesta linha a que teve mais repercussão foi a de Solow (1956). Em seu modelo Solow não tratava da primeira questão levantada a partir do modelo de Harrod, apenas da segunda.<sup>4</sup> Em relação a esta última questão, Solow utilizava o princípio da substituição, subjacente à teoria neoclássica do valor e da distribuição, como um mecanismo de ajuste entre as taxas garantida e natural,<sup>5</sup> assegurando assim a existência de uma tendência de crescimento equilibrado.

---

<sup>2</sup> Estas relações funcionais envolveriam “[...] certas hipóteses acerca das inter-relações causais entre várias magnitudes e forças, e a seqüência em que elas reagem umas sobre as outras” (Kaldor, 1978[1958], p. 1; tradução nossa).

<sup>3</sup> Para uma análise da versão completa dos modelos em questão veja Freitas (2002, cap. II), Targetti (1992, cap. 5) e Palumbo (2002).

<sup>4</sup> No modelo de Solow o ajustamento entre as taxas de crescimento efetiva e garantida é obtido por hipótese, uma vez que o autor supõe que a igualdade entre investimento e poupança de pleno emprego e, portanto, o equilíbrio entre oferta e demanda agregadas, prevaleça ao longo de toda a trajetória de crescimento. Nesse sentido, veja Hahn & Matthews (1964, pp. 787-93).

<sup>5</sup> O mecanismo de substituição, induzido por mudanças nos preços relativos dos fatores de produção, promoveria o ajuste entre as duas taxas, alterando o valor ótimo da relação capital/produto (àquele que maximiza lucros aos preços vigentes).

Kaldor foi desde início um crítico da teoria neoclássica do crescimento.<sup>6</sup> Nesse sentido, um dos seus principais objetivos era prover a ciência econômica de teorias da distribuição e do crescimento alternativas ao referencial neoclássico. Para tanto, o autor procurou estender a análise keynesiana, baseada no princípio da demanda efetiva, para tratar do caso de uma economia em pleno emprego, situação tradicionalmente privilegiada pela abordagem neoclássica como objeto de análise. De fato, nesta etapa de desenvolvimento de suas idéias, Kaldor considerava essencial a *hipótese de pleno emprego* (Kaldor, 1960a, p. 12). Ele define pleno emprego, de uma maneira genérica, como uma situação em que a oferta de bens é inelástica, refletindo a plena utilização da capacidade produtiva e/ou da força de trabalho (Kaldor, 1960a[1957], p. 262). Em economias capitalistas avançadas, entretanto, a capacidade produtiva existente seria, em geral, mais do que suficiente para empregar toda a mão-de-obra disponível (Idem, p. 262). Estas economias seriam caracterizadas, na visão do autor, por um *excedente de capacidade produtiva*. Como resultado, a *restrição de oferta* ao crescimento econômico, relevante para economias capitalistas desenvolvidas, seria a disponibilidade de força de trabalho.<sup>7</sup> Portanto, o autor acreditava que, numa economia capitalista avançada *em crescimento*, o nível de produto seria limitado pela quantidade disponível de força de trabalho e não pela demanda efetiva.

Mas qual seria então o papel da idéia de pleno emprego nos modelos de crescimento de Kaldor? Para ele, o *pleno emprego da força de trabalho* tinha o *status* de um fato estilizado a ser explicado pela teoria do crescimento. A seguinte passagem ilustra bem a visão do autor:

“[e]mbora a grande depressão dos 1930 tenha sido ambos, mais severa e mais prolongada em duração do que suas predecessoras, as sombrias predições feitas naquela altura de que ela anunciava a aproximação de uma era de estagnação de longo prazo certamente revelaram-se prematuras: desde 1945 o ímpeto de crescimento nas economias capitalistas tem sido pelo menos tão forte quanto ao de qualquer período comparável desde 1870. Portanto, não parece ser irrealista supor que economias capitalistas operem em condições de pleno emprego em todos aqueles períodos (e estes parecem ser os mais freqüentes, em termos de tempo cronológico) em que o capital está acumulando e a renda nacional está crescendo” (Kaldor, 1960a[1957], p. 264; tradução nossa).

De maneira ainda mais esclarecedora o trecho abaixo permite identificar a base da crença de Kaldor de que a disponibilidade de mão-de-obra seria uma restrição efetiva ao processo de crescimento em economias capitalistas avançadas:

“[...] na história das sociedades capitalistas avançadas períodos de desemprego severo foram excepcionais e não uma regra. Afora períodos de depressão aguda, o desemprego não parece exceder em média uma pequena percentagem desde a última metade do século 19. [...] Como o nível observado de emprego ficou em média em 95 por cento do nível de pleno emprego, é improvável que isto tenha sido mera coincidência; o que sugere fortemente que forças devem ter estado em operação de modo a afetar a relação entre demanda efetiva e oferta, ou entre a propensão a investir e a poupar, de uma maneira tal a gerar um nível de emprego de equilíbrio que foi aproximadamente, senão igual, ao nível de pleno emprego” (Kaldor, 1959, p. 214; tradução nossa).

---

<sup>6</sup> Segundo ele os principais problemas desta última abordagem estavam relacionados com sua teoria da distribuição de renda (Idem, 1960b[1955-6], pp. 218-23) e, principalmente, com sua análise do progresso técnico (Idem, 1978[1958], pp. 31-9). A este respeito confira também as intervenções de Kaldor na conferência de *Corfu* transcritas em Lutz & Hague (1963, pp. 289-403).

<sup>7</sup> As economias subdesenvolvidas, por sua vez, seriam caracterizadas por um excedente de mão-de-obra. Isto não quer dizer, entretanto, que estas economias não estariam sujeitas a uma restrição de recursos (Idem, p. 264). Segundo o autor (1960a[1954b] e 1957), o crescimento econômico destas economias seria limitado pela disponibilidade de um excedente agrícola (i.e. alimentos) decorrente da baixa produtividade que caracterizaria a agricultura nos países subdesenvolvidos.

Com efeito, o argumento de Kaldor parece ser o seguinte. Se a taxa de desemprego é razoavelmente constante então as taxas de crescimento da força de trabalho e do emprego tendem a serem iguais. Supondo-se que a taxa de crescimento da força de trabalho seja exógena, então a taxa de crescimento do emprego (i.e., da demanda por trabalho) deve corresponder, em média, à taxa de crescimento da força de trabalho. Com uma taxa constante de crescimento da produtividade do trabalho, este resultado requer que a demanda efetiva se expanda num ritmo compatível com o crescimento da força de trabalho.

Mas se o estado de pleno emprego é um fato estilizado dos processos de crescimento em economias capitalistas desenvolvidas, uma teoria que procure dar conta deste fato estilizado deve cumprir pelo menos dois requisitos básicos. Em primeiro lugar, tal teoria deve explicar por que uma economia que se encontre abaixo do pleno emprego tende, como resultado da operação de forças endógenas ao sistema econômico, à situação de pleno emprego. Em segundo lugar, ela deveria ser capaz de explicar por que, uma vez alcançado um estado de pleno emprego, a economia não tenderia a se afastar dele. Kaldor pretendeu dar conta destas exigências em seus modelos de crescimento. Qual é precisamente a contribuição da teoria da distribuição para tanto é a questão que nos preocupa neste artigo.

## 2 – Distribuição e crescimento num modelo simplificado

A teoria da distribuição da renda proposta originalmente por Kaldor em seu influente trabalho “Teorias Alternativas da Distribuição” de 1955-6, procura mostrar como desajustes entre demanda e produto agregados em pleno emprego podem ser eliminados por meio de mudanças na distribuição de renda. Isto permitiria ao autor explicar porque a situação *pleno emprego* seria fundamentalmente *estável*.<sup>8</sup> Este seria então o papel da teoria kaldoriana da distribuição. Para entendermos melhor como ela cumpre este papel vamos trabalhar com um modelo kaldoriano de crescimento simplificado.<sup>9</sup> As hipóteses simplificadoras utilizadas no modelo em questão visam justamente identificar com mais clareza o papel específico da teoria da distribuição e do mecanismo de ajustamento erigido com base nela, no arcabouço mais geral da teoria kaldoriana de crescimento do período. Sendo assim, nesta seção vamos apresentar, em suas linhas gerais, este modelo básico e discutir seus resultados mais importantes, com ênfase para a relação entre distribuição de renda e crescimento.

Com efeito, vamos tratar de uma economia fechada e sem governo<sup>10</sup> e *assumir*, seguindo Kaldor (1960b[1955-6], p. 228), que a economia em questão se encontre numa trajetória de crescimento com *pleno emprego* da força de trabalho. Assim, vamos supor que o produto ( $Y$ ) seja igual ao produto de pleno emprego ( $\bar{Y}$ ) e que a economia cresça à taxa natural ( $g_n$ ). Neste modelo

---

<sup>8</sup> É interessante constatar que, no período, Kaldor mudou radicalmente de posição em relação à estabilidade do pleno emprego. A este respeito veja os comentários finais na seção 3 do presente trabalho, bem como Freitas (2009) que investiga o posicionamento de Kaldor sobre o pleno emprego da força de trabalho ao longo de sua obra.

<sup>9</sup> Na verdade, este modelo simplificado corresponde, em boa medida, ao modelo usado por Kaldor (1960b[1955-6]) para expor o argumento central de sua teoria da distribuição.

<sup>10</sup> Esta hipótese é compartilhada por todos os modelos de crescimento desenvolvidos pelo autor nesta etapa. É interessante notar que na etapa posterior de desenvolvimento de suas idéias Kaldor passou a considerar a hipótese de economia fechada como uma das principais limitações destes e de outros modelos de crescimento. Essa foi uma das principais motivações para o autor desenvolver, a partir da década de 1970, seus modelos de crescimento liderado pelas exportações para explicar as diferenças entre as taxas de crescimento das economias capitalistas avançadas. Os principais trabalhos do autor sobre crescimento econômico no período são Kaldor (1978[1970], 1978[1971], 1978[1974], 1989b[1977], 1989a[1981] e 1989a[1983]). Para uma análise desse modelo veja, entre outros, Thirlwall (1979), Palumbo (2002) e Freitas (2002, seção III.2 e 2003).

básico, a *taxa natural* é considerada uma variável *exógena*, uma vez que suas taxas componentes, as taxas de crescimento da força de trabalho ( $g_N$ ) e da produtividade do trabalho ( $g_{b_L}$ ), são dadas.<sup>11</sup>

Como estamos tratando de uma economia fechada e sem governo basta fazermos hipóteses sobre os determinantes da poupança (ou consumo) e do investimento agregados do setor privado. Em relação à *poupança* vamos supor uma função poupança com as seguintes características:

$$S = s_{\Pi} \pi Y \quad (1),$$

onde:  $S$  é a poupança agregada;  $s_{\Pi}$  é a propensão a poupar a partir dos lucros que é considerada constante, estritamente positiva e menor que a unidade (i.e.,  $0 < s_{\Pi} < 1$ ); e  $\pi = \Pi/Y$  é a parcela dos lucros na renda que é considerada uma variável endógena do modelo.<sup>12</sup> Esta função poupança requer dois comentários. Em primeiro lugar, é importante chamar atenção para o fato de que sua adoção implica supor que não existe nenhum consumo autônomo.<sup>13</sup> Em segundo lugar, nela a dependência da propensão a poupar em relação a distribuição de renda é explicitada, de modo que  $s_{\Pi} \pi$  equivale à propensão marginal (e média) a poupar a partir da renda  $s$  (i.e.,  $s = s_{\Pi} \pi$ ). Como resultado, a taxa de poupança (i.e.,  $S/Y = s_{\Pi} \pi$ ) seria uma função positiva da parcela dos lucros na renda.

Em relação ao *investimento* é conveniente usarmos uma função investimento bastante simplificada com a seguinte forma:

$$I = ag^e Y \quad (2),$$

onde:  $I$  é o investimento líquido agregado;  $a$  é a relação técnica capital-produto; e  $g^e$  é a taxa de crescimento esperada. Para identificarmos com mais clareza o papel específico da teoria kaldoriana da distribuição de renda nós faremos algumas hipóteses sobre a taxa desejada de investimento ( $ag^e$ ). Nesse sentido, vamos seguir Kaldor (1960b[1955-6], p. 234) supondo que a relação técnica capital/produto ( $a$ ) seja dada exogenamente e constante. Em relação à taxa de crescimento esperada ( $g^e$ ), vamos supor também que ela seja exógena e constante.<sup>14</sup> Como resultado destas duas suposições, a taxa desejada de investimento é dada exogenamente e constante no modelo básico de crescimento aqui discutido. Além disso, vamos assumir que a taxa de crescimento esperada seja igual à taxa natural (i.e.,  $g^e = g_n$ ), resultando disto que a taxa desejada de investimento é igual à taxa requerida (i.e.,  $h = ag^e = ag_n = h_r$ ).<sup>15,16</sup>

O *equilíbrio* entre demanda agregada e produto de pleno emprego requer, por sua vez, que a taxa de investimento e a taxa de poupança sejam iguais; ou seja, requer que a seguinte condição de equilíbrio deva ser satisfeita:

<sup>11</sup> Em seus modelos de crescimento mais elaborados Kaldor (1960a[1957], 1978[1958] e 1978[1962]) supõe que a taxa de crescimento da produtividade do trabalho é determinada endogenamente e, portanto, a taxa natural é uma variável endógena. Cabe a função de progresso técnico cumprir o papel de principal determinante da taxa de crescimento da produtividade. Esta função relaciona a taxa de crescimento da produtividade do trabalho com o ritmo de acumulação de capital. As características desta função (i.e., sua posição e inclinação) captariam o dinamismo tecnológico das diferentes economias capitalistas avançadas, determinando o ritmo de crescimento da produtividade do trabalho e, portanto, as diferenças nas taxas de crescimento dos produtos *per capita* entre países.

<sup>12</sup> Kaldor também considera a possibilidade dos trabalhadores pouparem. Neste caso, a função poupança deveria ser especificada como  $S = [(s_{\Pi} - s_w) \pi + s_w] Y$ , onde  $s_w$  é a propensão a poupar a partir dos salários.

<sup>13</sup> Se existissem gastos autônomos em consumo seria necessário supor um crescimento destes gastos a uma taxa constante predeterminada (i.e. a taxa natural de crescimento) para que existisse uma trajetória de crescimento equilibrado. Em trabalhos anteriores (e.g., Kaldor 1960a[1951] e 1960a[1954a]) e até em trabalhos do período em questão (Kaldor, 1959, p. 220, n. 1) o autor propõe a adoção desta hipótese arbitrária. No entanto, convém salientar que a exclusão do consumo autônomo é um procedimento igualmente arbitrário. Na realidade, sempre existe uma parte do consumo que não depende da renda corrente, refletindo, entre outras coisas, dispêndios em consumo financiados por riqueza gerada previamente e por endividamento por parte dos agentes envolvidos.

<sup>14</sup> Neste caso as expectativas dos empresários seriam inelásticas em relação aos acontecimentos correntes.

<sup>15</sup> As implicações do relaxamento desta hipótese serão analisadas mais adiante neste trabalho

<sup>16</sup> Tal hipótese poderia ser justificada pelo pressuposto de que os empresários são dotados com a capacidade de prever perfeitamente as taxas de crescimento futuras.

$$s_{\pi}\pi = ag_n \quad (3).$$

Como, pelas hipóteses acima, a taxa de investimento em pleno emprego é dada exogenamente, a única maneira de obtermos um equilíbrio entre demanda agregada e produto de pleno emprego seria através de um ajuste da taxa de poupança à taxa de investimento. Para Kaldor, este ajuste processar-se-ia através de mudanças na *distribuição de renda*. Com efeito, se a taxa de investimento fosse maior do que a taxa de poupança em pleno emprego (i.e.,  $s_{\pi}\pi < ag_n$ ), ou seja, se a demanda agregada (nominal) em pleno emprego fosse maior que o produto de pleno emprego, então existiria uma tendência ao aumento dos preços dos bens. Supondo dada a taxa de salário nominal em unidades de eficiência,<sup>17</sup> então o salário real cresceria menos do que a produtividade do trabalho, provocando uma diminuição da parcela dos salários e, portanto, um aumento da parcela dos lucros na renda de pleno emprego. Como Kaldor (1960b[1955-5], p. 230; 1960a[1957], p. 276; 1978[1958], p. 44) supõe que a propensão a poupar a partir dos lucros seria maior que a propensão a poupar a partir dos salários (i.e., no modelo simplificado em análise,  $s_{\pi} > s_w = 0$ ), a mudança na distribuição da renda em favor dos lucros tenderia a aumentar a taxa de poupança da economia, fazendo com que ela tendesse a se igualar à taxa de investimento; ou, de uma outra perspectiva, a mudança na distribuição de renda promoveria uma diminuição da parcela do consumo no produto de pleno emprego, permitindo o ajuste da demanda agregada ao produto de pleno emprego. Por outro lado, se a taxa de investimento em pleno emprego fosse inicialmente menor do que a taxa de poupança (i.e.,  $s_{\pi}\pi > ag_n$ ), ou seja, se o produto de pleno emprego fosse maior que a demanda agregada, Kaldor supunha que um processo simétrico ocorreria. Os preços dos bens tenderiam a cair, os salários reais aumentariam mais do que a produtividade do trabalho e a parcela dos lucros na renda (ou a margem de lucro) seria reduzida, de modo que a taxa de poupança diminuiria, se ajustando à taxa de investimento. Como resultado, o aumento da parcela do consumo faria a demanda agregada se ajustar ao produto de pleno emprego.

Para Kaldor o funcionamento do mecanismo de ajuste entre demanda e oferta agregadas baseado em mudanças da distribuição de renda descrito anteriormente estaria sujeito a algumas restrições. Uma primeira restrição à sua operação seria a existência de um limite máximo para a parcela dos lucros na renda de pleno emprego associado a uma taxa mínima de salário real de modo que:

$$v \geq v_{\min} \text{ ou } \pi \leq (Y - v_{\min}L)/Y \quad (i),$$

onde  $v$  é a taxa de salário real e  $v_{\min}$  é a taxa mínima de salário real.<sup>18</sup> Uma segunda restrição seria um piso para a margem de lucro definido por uma taxa mínima de rentabilidade para o capital investido, de maneira que:

$$r \geq i + \sigma \text{ ou } \pi \geq (i + \sigma)a \quad (ii)$$

onde  $r$  é a taxa de lucro,  $i$  é a taxa de juros associada a remuneração de ativos financeiros de baixo risco (e.g., uma taxa básica regulada pela autoridade monetária) e  $\sigma$  é o prêmio de risco envolvido na aplicação produtiva da riqueza. Um limite mínimo alternativo para a margem de lucro estaria associado ao grau de monopólio ou de imperfeição do mercado de modo que:

$$\pi \geq \pi_{\text{mon}} \quad (iii),$$

<sup>17</sup> A taxa de salário nominal em unidades de eficiência é determinada pela razão entre a taxa nominal de salário e a produtividade do trabalho. A hipótese de que ela é constante poderia ser substituída pela hipótese, menos restritiva, de que o salário nominal em unidades de eficiência possa variar desde que esta variação seja menos que proporcional à variação dos preços dos bens, de modo que as margens de lucro e, logo, a parcela dos lucros na renda também sejam alteradas na direção requerida pela teoria em questão. Isto seria possível porque Kaldor acreditava que as condições do mercado de trabalho influenciariam diretamente apenas a determinação dos salários nominais, enquanto os salários reais refletiriam outros condicionantes discutidos no texto.

<sup>18</sup> Em alguns de seus trabalhos Kaldor (e.g., 1978[1958], pp. 29 - 30) propõe ainda uma outra restrição segundo a qual existiria um teto para a taxa de salário real de modo que ela não poderia ser superior ao produto marginal do trabalho quando existirem retornos decrescentes de curto prazo. No entanto, o próprio autor (Idem) se desvencilha desta restrição supondo, como vimos acima, que, em economias capitalistas desenvolvidas, existiriam reservas de capacidade produtiva.

onde  $\pi_{mon}$  é a margem de lucro mínima ou a parcela mínima dos lucros na renda correspondente.

A condição (i) acima baliza o processo de ajustamento via distribuição de renda quando existe uma situação de excesso de demanda agregada (i.e., com a taxa de investimento maior do que a taxa de poupança) em pleno emprego, impondo um teto para a parcela dos lucros na renda e para a taxa de poupança. Já as condições (ii) e (iii) são alternativas, sendo que prevalece aquela que determinar o piso com maior valor para a parcela dos lucros numa situação de ajustamento da distribuição de renda frente a uma situação de excesso de oferta agregada (i.e., com a taxa de investimento menor do que a taxa de poupança) em pleno emprego.

Dentro dos limites estabelecidos pelas restrições acima a distribuição funcional da renda seria governada pela teoria de Cambridge. Com efeito, se dividirmos os dois lados da equação (3) por  $s_{\Pi}$ , obtemos a seguinte expressão:

$$\pi = \frac{ag_n}{s_{\Pi}} \quad (3')$$

Esta equação mostra que dadas a taxa de investimento em pleno emprego e a propensão a poupar a partir dos lucros determina-se a parcela dos lucros e, indiretamente, a participação dos salários na renda de pleno emprego (i.e.  $\omega = 1 - \pi$ ). Dessa maneira, segundo Kaldor (1960b[1955-6], pp. 230 – 1), os salários seriam determinados residualmente,<sup>19</sup> enquanto que os lucros representariam uma espécie dedução prioritária da renda, refletindo diretamente as necessidades de acumulação de capital expressas pela taxa de investimento.<sup>20</sup>

Finalmente, a taxa de lucro determinada pelo modelo é constante ao longo trajetória de crescimento. Para mostrar isto podemos decompor tautologicamente a parcela dos lucros na renda da seguinte forma:

$$\pi = ra \frac{1}{u}.$$

Substituindo esta última expressão na equação (3'), dividindo os seus dois lados pela relação técnica capital/produto ( $a$ ) e multiplicando os seus dois lados pelo grau de utilização ( $u$ ) obtemos a seguinte expressão para a taxa de lucro:

$$r = \frac{g_n}{s_{\Pi}} u \quad (4).$$

Por outro lado, como decorrência das hipóteses do modelo básico em análise o grau de utilização da capacidade tende a ser normal. Para constatar isto basta considerar que a taxa de crescimento do estoque de capital pode ser representada da seguinte maneira:

$$g_K = g^e u \quad (5),^{21}$$

<sup>19</sup> Esta seria, segundo Kaldor (1960b[1955-6], 1960a[1956], 1960a[1957] e 1978[1958]), a principal diferença de sua teoria da distribuição em relação a teoria clássica (ricardiana/marxista) da distribuição. Nesta última, os salários reais seriam exógenos refletindo os requerimentos de subsistência e os lucros seriam determinados residualmente (i.e., endogenamente).

<sup>20</sup> Este caráter residual dos salários, por sua vez, seria consequência, segundo o autor, do fato de os capitalistas possuírem reservas ou acesso a poder de compra num montante relativamente alto tendo em vista os seus gastos a cada período, enquanto os trabalhadores praticamente não têm reservas ou tem pouco acesso a poder de compra em relação os seus dispêndios por período. Assim, os gastos capitalistas – no modelo simplificado em análise o investimento é o único gasto capitalista – seriam, em boa medida, independentes dos rendimentos por eles auferidos a cada período, em contraste com os trabalhadores cujos gastos seriam financiados basicamente pelos rendimentos percebidos a cada período. Desta maneira, o aforismo kaleckiano de que os capitalistas, como classe, ganham o que eles gastam e que os trabalhadores gastam os que eles ganham, continuaria sendo válido mesmo numa economia sujeita a uma restrição de recursos (i.e., o pleno emprego) devido à operação do mecanismo kaldoriano de ajuste discutido anteriormente.

<sup>21</sup> A equação (5) acima pode ser deduzida da seguinte maneira. Por definição, o investimento líquido é igual à variação do estoque de capital, i.e.  $\dot{K} = I$ . Dividindo os dois lados desta equação pelo estoque de capital temos que  $g_K = I/K$ . Por outro lado, sendo  $Y^*$  o produto associado à utilização normal da capacidade, temos que  $I/K = (I/Y)(Y/Y^*)(Y^*/K) = hu(1/a) = ag^e u(1/a)$  e, portanto,  $g_K = g^e u$  que é o resultado utilizado no texto.



onde  $g_K$  é a taxa de acumulação de capital. Por outro lado, da identidade que relaciona a variação do estoque de capital e o investimento líquido (i.e.,  $\dot{K} = I$ ) podemos chegar a seguinte expressão:

$$\dot{g}_K = g_K (g_I - g_K) \quad (6),^{22}$$

em que  $g_I$  é a taxa de crescimento do investimento líquido. A expressão (6) mostra que a taxa de acumulação de capital aumentará sempre que a taxa de crescimento do investimento for maior do que a taxa de acumulação de capital e *vice-versa*. Como, pelas hipóteses de nosso modelo simplificado, a taxa desejada de investimento (i.e.,  $h = ag^e$ ) é constante, podemos deduzir de (2) que a taxa de crescimento do investimento é sempre igual à taxa de crescimento do produto. Esta última é, por sua vez, exógena (igual à taxa natural de crescimento no modelo), de modo que podemos concluir que a taxa de crescimento do investimento também é constante. Sendo assim, a variação da taxa de acumulação de capital será positiva (negativa) se, e somente se, a taxa de crescimento do produto for maior (menor) do que a taxa de acumulação de capital. Mas se assim for, para uma dada taxa de crescimento do produto (e, portanto, do investimento), a aceleração (positiva ou negativa) da taxa de acumulação tenderá a cair, pois a diferença entre as taxas de crescimento do produto e de acumulação de capital diminui ao longo do tempo. No limite, as duas taxas tendem a serem iguais e, portanto, o grau de utilização, para uma da relação técnica capital/produto, tende a ser constante.<sup>23</sup> Voltando à equação (5), podemos usar este último resultado e substituir a taxa de acumulação de capital pela taxa de crescimento do produto para determinar o grau de utilização da capacidade que, *tendencialmente*, estaria associado a uma trajetória específica de crescimento da economia, ou seja:

$$u = \frac{g}{g^e} \quad (5').$$

Além disso, no modelo em análise, a taxa esperada é igual à taxa de crescimento do produto, a taxa natural (i.e.,  $g^e = g_n$ ). Resulta disto que o grau de utilização da capacidade associado à trajetória de crescimento descrita pelo modelo é o grau normal (i.e.,  $u=1$ ). Sendo assim, a taxa de lucro determinada pelo modelo é uma taxa normal de lucro que é dada pela seguinte expressão:

$$r = \frac{g_n}{s_{\Pi}} \quad (4'),$$

a famosa *equação de cambridge*. Como nesta equação a taxa de crescimento e a propensão a poupar a partir dos lucros são dadas, então a taxa normal de lucro nela determinada é constante ao longo da trajetória de crescimento descrita pelo modelo analisado nesta seção.

### 3 – Uma Avaliação Crítica

Com base nos resultados obtidos na seção anterior podemos analisar criticamente a teoria kaldoriana da distribuição com dois objetivos em mente: (i) a delimitação precisa do papel da teoria da distribuição de Cambridge nos modelos kaldorianos de crescimento com pleno emprego, tendo em vista o contexto teórico em que tais modelos foram formulados; e (ii) a avaliação da

<sup>22</sup> Para constatar isto, note que  $\dot{K} = g_K K = I$ . Derivando os dois lados da última igualdade em relação ao tempo temos que  $\dot{g}_K K + g_K \dot{K} = \dot{I}$ . Dividindo os dois lados desta última expressão por  $I$  ficamos com  $\dot{g}_K / g_K + g_K = g_I$ . Finalmente, resolvendo esta última equação para a variação da taxa de acumulação de capital temos  $\dot{g}_K = g_K (g_I - g_K)$ , a expressão encontrada no texto.

<sup>23</sup> Este resultado pode ser verificado da seguinte maneira. Dada a relação técnica capital-produto, a variação do grau de utilização é ditada pela mudança da relação produto-capital observada conforme a equação diferencial  $\dot{u} = u(g - g_K)$ . Segundo tal equação se o produto cresce mais rapidamente que o estoque de capital, o grau de utilização aumenta e *vice-versa*; e quando o produto e estoque de capital crescem a mesma taxa o grau de utilização fica constante.

plausibilidade da própria teoria kaldoriana da distribuição por meio de uma apreciação crítica do mecanismo de ajustamento entre oferta e demanda agregadas nela baseado.

Assim, como vimos anteriormente, as reflexões de Kaldor no período estavam orientadas pelas questões propostas por Harrod: (i) a possibilidade de igualação entre as taxas de crescimento efetiva e garantida que asseguraria a existência de uma trajetória de crescimento com a oferta e a demanda agregadas em equilíbrio; (ii) a possibilidade da igualação entre as taxas de crescimento garantida e natural, que viabilizaria a existência de uma trajetória de crescimento equilibrado caracterizada pela utilização normal da capacidade produtiva. No modelo simplificado acima as duas igualdades em questão seriam verificadas. Por um lado, o mecanismo de ajustamento baseado na teoria da distribuição de Cambridge garantiria uma tendência à igualação entre as taxas efetiva e garantida. Por outro lado, a suposta igualdade entre as taxas de crescimento esperada e natural implica a igualdade entre as taxas de investimento efetiva (ou desejada) e requerida, o que torna possível a existência de uma trajetória de crescimento equilibrado.

Todavia, a hipótese de igualdade entre as taxas de crescimento esperada e natural é claramente arbitrária, já que ela pressupõe que agentes econômicos sejam capazes de prever perfeitamente os acontecimentos futuros (i.é, uma hipótese de previsibilidade perfeita). Dessa maneira, ela só é aceitável como uma suposição de passagem, a ser relaxada assim que for possível. No entanto, se permitimos que as duas taxas de crescimento sejam diferentes fica evidente que o mecanismo de ajustamento baseado em mudanças na distribuição não contribui para viabilizar a existência de uma trajetória de crescimento equilibrado. Para constatar isto imaginemos que a economia se encontre inicialmente numa trajetória de crescimento equilibrado em pleno emprego, crescendo a uma taxa natural  $g_n$ , igual à taxa esperada de crescimento  $g^e$ . Suponhamos então que, dada a taxa de crescimento da força de trabalho, ocorra uma diminuição no ritmo de progresso técnico, de maneira que a taxa natural de crescimento diminua para o valor  $g'_n$  (i.e.,  $g^e = g_n > g'_n$ ). A diminuição da taxa natural resultante provocaria, segundo o modelo, uma redução imediata e na mesma magnitude da taxa de crescimento do produto. Por sua vez, a taxa de acumulação de capital tenderia a diminuir paulatinamente, pois dada a taxa desejada de investimento ( $h = ag^e = ag_n$ ), uma taxa de crescimento do produto menor significa uma menor taxa de crescimento do investimento. Assim, de acordo com (6) acima, inicialmente a taxa de acumulação de capital seria maior do que a taxa de crescimento do produto (e do investimento), o que faria com que a taxa de acumulação diminuísse ao longo do tempo até que, tendencialmente, ela fosse igual à taxa de crescimento do produto. Nesta altura, nós teríamos novamente uma trajetória de crescimento com um grau de utilização constante. Contudo, a essa trajetória estaria associado um grau de utilização da capacidade produtiva menor que o normal, pois a nova taxa de crescimento do produto (i.e.,  $g'_n$ ) seria menor do que a taxa esperada de crescimento, de maneira que, segundo a equação (5'), teríamos  $u < 1$ . Como a taxa desejada de investimento não se altera, a parcela dos lucros na renda também não se modifica, de modo que a diminuição do grau de utilização provoca uma redução da taxa efetiva de lucro. Na nova trajetória de crescimento o grau de utilização e a taxa de lucro são constantes, porém as duas variáveis não assumem seus valores normais. Isto mostra que a nova trajetória de crescimento não pode ser considerada uma trajetória de crescimento equilibrado, pois nela o grau de utilização seria sistematicamente menor que o normal. Nesse sentido, tal trajetória de crescimento só é sustentável porque estamos supondo que a taxa de investimento é dada. Esta última hipótese, por sua vez, pressupõe que a taxa esperada de crescimento seja perfeitamente inelástica (i.e., as expectativas seriam estáticas) em relação aos acontecimentos correntes. Em particular, ela significa que as empresas não estariam dispostas a revisar suas expectativas frente a discrepâncias permanentes entre as taxas observada e esperada de crescimento econômico. Num prazo mais longo, esta hipótese nos parece ser tão pouco plausível quanto a hipótese de previsibilidade perfeita e, por isso, deve compartilhar o mesmo destino desta, ela deve ser abandonada.

Com essa argumentação fica claro que, abandonada a hipótese de igualdade entre taxas de crescimento esperada e natural (i.é, a hipótese de previsibilidade perfeita), o mecanismo de

ajustamento baseado na teoria da distribuição de Cambridge só é capaz de dar conta de um dos problemas teóricos colocados por Harrod. De fato, tal mecanismo só pode explicar a convergência entre as taxas de crescimento efetiva e garantida e, portanto, é responsável apenas por viabilizar a existência de uma trajetória de crescimento com equilíbrio entre oferta e demanda agregadas. Em condições minimamente gerais, a teoria da distribuição de Cambridge não contribui para a solução do segundo problema teórico aventado por Harrod, a tendência à igualação entre as taxas de crescimento garantida e natural.<sup>24</sup>

Até o momento, seguimos Kaldor, supondo que o mecanismo de ajustamento entre oferta e demanda agregadas baseado na teoria da distribuição de Cambridge funcionaria impulsionado por forças endógenas às economias capitalistas avançadas. Entendemos, contudo, que a alegada *natureza endógena* do mecanismo kaldoriano está sujeita a dois comentários de ordem crítica que questionam a *plausibilidade* de tal mecanismo e da teoria da distribuição a ele subjacente.

Com efeito, o *primeiro* comentário trata da existência de uma *assimetria* no funcionamento do mecanismo kaldoriano quanto às situações de excesso de demanda e de excesso de oferta.<sup>25</sup> Quando a economia estivesse numa situação em que o produto de pleno emprego fosse menor que a demanda agregada - isto é quando a taxa de poupança de pleno emprego fosse menor do que a taxa de investimento - o mecanismo keynesiano tradicional de ajuste via mudanças no nível real de renda estaria fora de operação, pois a economia estaria diante de uma restrição efetiva (real) de recursos (i.e., de mão-de-obra). Se assim fosse, o mecanismo kaldoriano entraria em operação, aumentando as margens de lucro, desde que no processo de ajustamento a taxa salário real não atingisse seu patamar mínimo de subsistência conforme indicado pela restrição (i). Já quando a economia estivesse na situação inversa em que a demanda agregada fosse menor que o produto de pleno emprego - ou seja, quando, em pleno emprego, a taxa de investimento fosse menor que a taxa de poupança - não nos parece razoável supor que os empresários estariam *incondicionalmente* dispostos a diminuir as margens de lucro para manter suas vendas, mesmo quando os pisos para a margem de lucro referentes às restrições (ii) e (iii) não fossem alcançados.<sup>26</sup> Nestas circunstâncias, nada impediria que as margens de lucro fossem mantidas e que o mecanismo keynesiano tradicional entrasse em funcionamento, com o produto real se ajustando à demanda agregada - e não o contrário como no mecanismo kaldoriano -, não permitindo que a economia prossiga numa trajetória de crescimento com pleno emprego.<sup>27</sup>

---

<sup>24</sup> É interessante contrastar os modelos de Kaldor e Solow a este respeito. Como vimos, a rigor, o modelo de Solow só consegue dar conta da tendência à igualação entre as taxas garantida e natural. Numa economia monetária, o mecanismo de ajustamento baseado no princípio da substituição não é suficiente para sustentar uma tendência espontânea para a situação de pleno emprego. São necessárias hipóteses adicionais, de natureza monetária, que possam dar origem a um mecanismo automático de ajustamento denominado efeito Keynes (c.f., para uma análise crítica, Garegnani (1983[1964-5]) e Ribeiro & Serrano (2004)). No modelo de Solow, contudo, o equilíbrio entre demanda agregada e produto de pleno emprego (ou potencial) que estaria associado à igualação entre as taxas efetiva e garantida é obtido, arbitrariamente, por hipótese (c.f., Hahn & Matthews (1964, pp. 790 – 93), Eisner (1958) e Meade (1961)). No modelo de Kaldor, como acabamos de constatar, o mecanismo de ajustamento baseado na teoria da distribuição de Cambridge garante apenas a igualação entre as taxas efetiva e garantida. Nas versões completas dos modelos kaldorianos a convergência entre as taxas de crescimento efetiva e garantida, de um lado, e a taxa de crescimento natural, de outro, fica a cargo da função investimento utilizada. Nesta função, a taxa de investimento efetiva ou desejada ajustar-se-ia à taxa requerida para eliminar a utilização anormal da capacidade produtiva. Para uma análise mais detalhada do papel da função investimento nos modelos kaldorianos do período veja Freitas (2002, cap. II) e Palumbo (2002, pp. 3 – 7).

<sup>25</sup> Esta crítica está baseada na argumentação desenvolvida em mais detalhes em Serrano (1988, pp. 56 – 69).

<sup>26</sup> Como aponta Serrano (1988, p. 82, n.16), a teoria gerencialista da firma seria uma tentativa posterior de prover um fundamento econômico mais sólido para a teoria da distribuição de Cambridge. Nestas teorias as firmas têm por objetivo a maximização das vendas ou do crescimento, e não a maximização dos lucros. Parta tanto, elas fixam preços tendo em vista a necessidade de gerar uma margem de lucros suficiente para viabilizar os seus planos de acumulação financiados, primordialmente, pelos lucros acumulados. A este respeito veja, por exemplo, a contribuição de Wood (1975), um trabalho cuja elaboração foi supervisionada por Kaldor. Para uma crítica ao modelo de Wood em sua conexão com a teoria da distribuição veja Pivetti (1991, p. 117 – 19).

<sup>27</sup> Na verdade, Kaldor (1960b[1955-6], p. 228) admite esta possibilidade, mas confina sua ocorrência a uma situação de curto prazo (economia estacionária). No longo prazo (economia em crescimento), o mecanismo kaldoriano baseado na flexibilidade das margens de lucro predominaria. No entanto, esta linha de argumentação do autor não se sustenta. Nada de específico na situação de longo prazo (economia em crescimento) existe em relação a situação de curto prazo

Assim, a hipótese de que o mecanismo kaldoriano - baseado na flexibilidade das margens de lucro - funcionaria de maneira simétrica nos casos de excesso de demanda e de excesso de oferta não parece ter um fundamento sólido, o que colocaria em dúvida o caráter endógeno do mecanismo kaldoriano de ajuste quando a economia se encontrasse numa situação de excesso de oferta. Nesse sentido, como observa Serrano (1988, p. 65), a validade da teoria da distribuição de Cambridge estaria circunscrita a situações onde existisse uma situação de excesso de demanda. Além disso, podemos concluir também que ela não poderia contribuir para explicar a tendência para uma situação de pleno emprego da força de trabalho. De fato, nos modelos kaldorianos de crescimento em questão, a tendência para o produto de pleno emprego é explicada pela interação entre acelerador-multiplicador típica de modelos keynesianos de ciclo econômico desenvolvidos após a publicação da Teoria Geral de Keynes. Numa especificação instável da função investimento, nenhum nível de produto abaixo do pleno emprego pode ser estável, gerando uma tendência da economia a visitar o produto de pleno emprego. Supondo-se uma taxa garantida de crescimento sempre inferior ou igual à taxa de natural, ao alcançar o pleno emprego existiria uma tendência a se produzir um excesso de demanda agregada que colocaria em operação o mecanismo de ajustamento baseado na teoria de Cambridge da distribuição. Isso “prenderia” a economia na situação de pleno emprego, o que permitiria aos modelos kaldorianos de crescimento explicar a tendência das economias capitalistas avançadas a experimentar uma trajetória de crescimento com pleno emprego da força de trabalho.<sup>28</sup>

Na argumentação acima nós aceitamos, sem discussão, a hipótese de que uma economia sujeita simultaneamente a um excesso de demanda por bens e por trabalho levaria a uma redução do salário real e, portanto, a um aumento da parcela dos lucros na renda. No entanto, esta hipótese não parece ser razoável, o que nos leva ao nosso *segundo* comentário. De fato, como observam Garegnani e Palumbo (1998, p. 15) seria no mínimo arbitrário supor que uma espiral preços-salários seja *sempre* desfavorável aos trabalhadores justamente quando o poder de barganha deles estaria mais alto em decorrência do aquecimento do mercado de trabalho. Nada impediria neste caso que os salários nominais em unidades de eficiência variassem proporcionalmente mais do que os preços dos bens, provocando um aumento dos salários reais e, concomitantemente, uma diminuição da parcela dos lucros na renda. Se assim fosse, entretanto, as mudanças na distribuição de renda amplificariam o desequilíbrio entre demanda agregada e produto de pleno emprego, e não o contrário como imaginava Kaldor. No limite este processo faria a economia atingir um dos pisos para a parcela dos lucros descritos pelas restrições (ii) e (iii) acima, o que deixaria o mecanismo kaldoriano fora de operação, caracterizando sua *instabilidade*.<sup>29</sup>

---

(economia estacionária) que justifique a assertiva do autor. Tanto no curto como no longo prazos não nos parece razoável supor que as margens de lucro sejam necessariamente flexíveis para baixo. Nos dois casos o mecanismo keynesiano tradicional poderia entrar em operação afastando a economia da situação de pleno emprego.

<sup>28</sup> Nas palavras de Kaldor “o modelo assume que o investimento é induzido pelo próprio crescimento do produto, e que as condições subjacentes são tais que o crescimento equilibrado necessariamente trás consigo um estado contínuo de pleno emprego. Este será o caso quando a taxa de crescimento puramente ‘endógena’ (tal como determinada pela operação conjunta do acelerador e do multiplicador) que é operativa em condições de oferta ilimitada de trabalho, é consideravelmente maior do que a ‘taxa natural de crescimento’ [...]. Neste caso, começando de qualquer dada situação de excedente de mão-de-obra e sub-emprego, crescimento continuado, tal como determinado por estes fatores endógenos, levará necessariamente ao pleno emprego cedo ou tarde; e uma vez que o pleno emprego prevaleça, o crescimento continuado implica que o mecanismo acelerador-multiplicador fica ‘acorrentado’ (por meio de variações na parcela dos lucros e por intermédio da imposição de uma taxa de crescimento da demanda quase-exógena) à taxa natural de crescimento” (Kaldor & Mirrlees, 1978[1962], p. 56; tradução nossa). Veja, no mesmo sentido, Hahn & Matthews (1964, p. 811).

<sup>29</sup> Esta crítica não seria aplicável ao caso de economias restritas pela disponibilidade de capacidade produtiva e não de força de trabalho. Nestas circunstâncias, o poder de barganha dos trabalhadores não seria necessariamente alto, pois não existiria uma pressão no mercado de trabalho, ao contrário do caso analisado no texto. É interessante notar que a posição de Garegnani e Palumbo está em conformidade com a posição defendida por Kaldor em seu trabalho seminal sobre as teorias das flutuações e do crescimento. De fato, neste trabalho Kaldor afirma: “[c]omo o poder de barganha dos trabalhadores é maior quando o trabalho é escasso, relativamente ao equipamento [i.e., à capacidade produtiva], do que no caso oposto, o processo cumulativo [inflacionário] é mais provável quando o limite à expansão é dado pela escassez de trabalho, do que de equipamento” (1960a[1938], p. 111, n. 2, tradução nossa).

Os dois comentários acima colocam em questão a validade da teoria da distribuição de Cambridge no contexto em que ela foi utilizada por Kaldor. O caráter endógeno conferido pelo autor ao mecanismo de ajustamento baseado nesta teoria da distribuição simplesmente não é plausível. De fato, o mecanismo em questão parece encerrar uma arbitrariedade que só pode ser explicada pela necessidade de Kaldor dar um fechamento teórico aos seus modelos de crescimento com as propriedades por ele almejadas. Sobre este ponto é interessante chamar atenção para uma importante mudança na visão do autor com respeito à capacidade de uma economia capitalista desenvolvida se manter no estado de pleno emprego.

Até a primeira metade da década de 1950, Kaldor acreditava que a posição de pleno emprego da economia era fundamentalmente *instável*. Esta é a proposição central do seu trabalho seminal “Estabilidade e Pleno Emprego” (Kaldor, 1960a[1938]).<sup>30</sup> A este respeito o autor usa a seguinte imagem que resume bem sua posição naquela altura:

“Então o *boom* [pleno emprego] é como uma peculiar corrida de obstáculos, onde o cavalo está fadado a cair em um dos quatro obstáculos. Se ele sobrevive ao primeiro, ele pode ser parado no segundo, no terceiro ou no quarto. Raro, provavelmente, é o cavalo que sobrevive até o último obstáculo” (Kaldor, 1960a[1938], p. 119; tradução nossa; itálico adicionado).

O mecanismo de ajustamento entre oferta e demanda agregadas baseado em mudanças na distribuição funcional da renda - e seus efeitos sobre a taxa de poupança - também estava presente no artigo de 1938. Com efeito, comentando a possibilidade do processo cumulativo wickselliano não ocorrer em condições de excesso de demanda agregada em pleno emprego Kaldor (idem, pp. 110 – 11; tradução nossa; itálico no original) afirma que:

“[e]ste processo cumulativo pressupõe que o crescimento na demanda por produtos é acompanhado por um *aumento nas taxas de salário* [nominais]. Se os salários não aumentam – suponha, e.g., que eles são mantidos estáveis por um decreto do governo ou por uma combinação de empresários – o aumento nos preços implicarão uma mudança em favor do lucros (na distribuição de renda), e uma vez que esta mudança aumenta a poupança (porque os capitalistas poupam uma proporção maior de sua renda do que os assalariados) o processo cumulativo terminará quando os lucros tiverem aumentado o suficiente para prover a poupança [necessária].”

Esta situação de excesso de demanda em pleno emprego com uma taxa de salário nominal relativamente rígida era a única para a qual Kaldor acreditava ser possível o funcionamento automático do mecanismo de ajustamento entre oferta e demanda agregadas com base em mudanças na distribuição funcional da renda.<sup>31</sup> Nas demais situações de discrepância entre poupança e investimento em pleno emprego, o funcionamento do mecanismo de correção baseado em alterações na distribuição requereria a ação governamental. Nesse sentido, o governo poderia atuar por meio de uma política tributária que promovesse alterações na distribuição de renda necessárias

---

<sup>30</sup> Sobre este artigo Kaldor afirma que “[m]uitas de minhas idéias subseqüentes sobre ambos, crescimento e flutuações, podem [...] ser encontradas neste trabalho numa forma embrionária” (Kaldor, 1960a, p. 8; tradução nossa). Ele complementa sua afirmação dizendo que, naquela altura, ele não havia identificado todas as implicações das idéias em questão e que algumas das conclusões obtidas a partir daquelas idéias não poderiam ser sustentadas à luz do desenvolvimento subseqüente de sua análise (Idem, p. 8). Para uma análise mais aprofundada deste artigo e de suas conexões com o desenvolvimento posterior das idéias de Kaldor acerca dos processos de flutuação e crescimento econômicos veja Freitas (2002 e 2009).

<sup>31</sup> Para ser mais preciso este seria o caso quando o produto de pleno emprego (i.é, com oferta agregada inelástica) está associado à plena utilização da capacidade produtiva e não ao pleno emprego da força de trabalho, conforme apontado na passagem transcrita na nota 29 acima.

para modificar a propensão a poupar na direção desejada.<sup>32</sup> Sendo assim, podemos concluir que, em 1938, Kaldor acreditava que a situação de pleno emprego era instável e que o mecanismo de ajustamento baseado em mudanças na distribuição de renda não tinha um caráter endógeno, sendo, portanto, necessária a intervenção governamental para colocar em movimento o referido mecanismo.

Kaldor manteria estas posições depois de 1938 em seus modelos de ciclo econômico.<sup>33</sup> Como o autor concebia as flutuações como processos endógenos ao sistema econômico capitalista, nenhum nível de produto poderia ser estável. Em particular, isto implica que o produto de pleno emprego não poderia ser estável. Assim, em tais modelos, após chegar ao pleno emprego a economia tenderia a produzir uma situação de excesso de poupança sobre investimento em pleno emprego. Essa situação seria responsável, por sua vez, pelo afastamento temporário (cíclico) da economia de sua posição de pleno emprego. Portanto, nos modelos kaldorianos de ciclo, na ausência de uma intervenção governamental, não seria viável a manutenção de uma trajetória de crescimento em pleno emprego minimamente duradoura. Nas palavras de Kaldor:

“A conclusão que numa sociedade capitalista – i.e. numa sociedade onde decisões de investimento são tomadas por uma multidão de empresários à luz de expectativas de lucro – a taxa tendencial de crescimento tende a ser tanto maior quanto mais poderosas as forças cíclicas, não deve ser interpretada como implicando que o progresso [crescimento] deve necessariamente tomar a forma de empurrões, quaisquer que sejam os arranjos institucionais da sociedade. Se o investimento fosse planejado centralmente e a função consumo continuamente ajustada para assegurar o pleno emprego (dado o nível planejado de investimento) não existe razão, em teoria, para que o progresso [crescimento] não pudesse ter lugar a uma taxa constante” (Kaldor 1960a[1954a], p. 232, n.1; tradução nossa).

Assim, em 1954, no limiar da publicação de seus artigos sobre distribuição de renda e crescimento econômico, Kaldor não atribuía um caráter endógeno à operação do mecanismo de ajustamento entre oferta e demanda agregadas com base em alterações na distribuição de renda. Nem o crescimento em pleno emprego tinha o *status* de um fato estilizado das economias capitalistas avançadas. Contudo, tão logo este passou a ser o entendimento do autor, a teoria da distribuição de Cambridge assumiu seu lugar de alicerce dos modelos kaldorianos de crescimento; e o mecanismo de ajustamento baseado em tal teoria passou a ser expressão do livre funcionamento das forças de mercado. Tal mudança radical de posicionamento por parte de Kaldor só pode ter sido ditada pela conveniência associada à necessidade do autor prover seus modelos de crescimento de um fechamento analítico adequado do ponto de vista dos problemas que nortearam suas investigações no campo de pesquisa da teoria do crescimento econômico. E é exatamente isto que confere um caráter arbitrário à teoria da distribuição de Cambridge da maneira como ela foi proposta e utilizada por Kaldor.

#### 4 – Conclusão

---

<sup>32</sup> De acordo com Kaldor (1960a[1938], pp. 111 – 12; tradução nossa): “[a]mbos os tipos de falta de ajustamento (um excesso de Investimento sobre a Poupança, ou da Poupança sobre o Investimento) podem ser remediados por ações objetivando a regulação da propensão a poupar. De fato, parece que sem uma política de regulação da poupança, políticas que objetivam meramente assegurar a existência de um nível suficiente de investimento dificilmente poderiam ter um sucesso duradouro. O segredo deste tipo de regulação é encontrado no fato de que a poupança, para qualquer nível de renda agregada, depende fundamentalmente da distribuição de renda. [Assim] [s]e o Investimento é maior que a Poupança [...] o governo pode aumentar a poupança por meio de uma alteração da distribuição de renda em favor dos lucros, e *vice-versa*. [Para tanto] o governo pode sempre alterar a propensão a poupar mudando a proporção da receita [tributária] auferida por meio de tributação direta e indireta, respectivamente.”

<sup>33</sup> Veja a este respeito Kaldor (1960a[1940], 1960a[1951] e 1960a[1954a]).

Neste artigo apresentamos o contexto teórico em que as teorias da distribuição de renda e do crescimento do produto foram propostas por Kaldor na segunda metade da década de 1950. Vimos que, neste contexto, a teoria da distribuição de Cambridge cumpre um importante papel no desenvolvimento dos modelos kaldorianos de crescimento no período. De fato, constatamos que, para Kaldor, distribuição e crescimento estão intimamente relacionados. Por um lado, na visão do autor, a viabilidade de uma trajetória de crescimento equilibrado em pleno emprego depende do mecanismo de ajustamento entre oferta e demanda agregadas baseado na teoria da distribuição. Por outro lado, segundo a teoria de Cambridge, a distribuição funcional da renda depende do ritmo de crescimento do produto.

Na seqüência, avaliamos criticamente o mecanismo de ajustamento kaldoriano e, portanto, a teoria da distribuição de Cambridge a ele subjacente. Delimitamos precisamente o papel do referido mecanismo de ajustamento nos modelos kaldorianos de crescimento com pleno emprego. Nesse sentido, mostramos que, sem questionar sua plausibilidade, o mecanismo de ajustamento kaldoriano dá conta apenas de um dos problemas teóricos aventados por Harrod, a relação entre as taxas de crescimento efetiva e garantida que viabiliza a existência de uma trajetória de crescimento com equilíbrio entre oferta e demanda agregadas. Em seguida, verificamos que a plausibilidade do mecanismo kaldoriano é questionável. Primeiramente, chegamos à conclusão de que não é razoável supor que o referido mecanismo funcione diante de uma situação de excesso de oferta. Neste caso, o mecanismo keynesiano de ajustamento via mudanças nos níveis reais de produto poderia operar sem restrições e o mecanismo kaldoriano pressupõe um comportamento pouco plausível das firmas (i.e., a aceitação de quedas nas margens de lucros para permitir a expansão das vendas). Em segundo lugar, constatamos que o mecanismo de ajustamento kaldoriano também é implausível no caso em que a economia se encontre numa situação de excesso de demanda agregada com pleno emprego da força de trabalho. A implausibilidade em questão decorre do fato de que, em pleno emprego, o poder de barganha dos trabalhadores é maior e, portanto, seria arbitrário supor que os salários nominais se movam sempre mais lentamente que os preços dos produtos, tal como sustenta a teoria da distribuição de Cambridge. Finalmente, concluímos nossa argumentação crítica chamando a atenção para o caráter arbitrário da teoria da distribuição de Cambridge no contexto em que ela foi proposta e utilizada por Kaldor.

## Referências Bibliográficas

- Eisner, R. (1958). “On Growth Models and the Neo-Classical Resurgence”, *Economic Journal*, vol. 68, n. 272, pp. 707 – 721.
- Freitas, F. (2002) *Uma Análise da Evolução das Idéias de Kaldor sobre o Processo de Crescimento Econômico*, Tese de Doutorado não publicada, Rio de Janeiro, Instituto de Economia, UFRJ, (mimeo).
- Freitas, F. (2003) “Uma análise crítica do modelo kaldoriano de crescimento liderado pelas exportações”, trabalho apresentado no XXXI Encontro Nacional de Economia – Porto Seguro, Bahia, *Anais do XXXI Encontro Nacional de Economia*, vol. 2.
- Freitas, F. (2009) “Estabilidade e Pleno Emprego: as origens do esquema de Kaldor para a análise da flutuação e do crescimento econômicos”, *Revista de Economia Política*, vol. 29, n. 1, janeiro.
- Garegnani, P. (1983[1964-5]), “Notes on Consumption, Investment and Effective Demand”, in Eatwell, J. & Milgate, M (eds.) *Keynes’s Economics and the Theory of Value and Distribution*, N. York: Oxford University Press.
- Garegnani, P. & Palumbo, A. (1998). “Accumulation of Capital”, in Kurz, H-D. & Salvadori, N. (eds.) *The Elgar Companion to Classical Economics (A-K)*, Cheltenham: Edward Elgar.
- Hahn, F. H. & Matthews, R. C. O. (1964). “The theory of Economic Growth: a survey”, *Economic Journal*, vol. LXXIV, No. 296, Dezembro, pp. 779-902.
- Harrod, R. F. (1939). “An Essay in Dynamic Theory”, *Economic Journal*, vol. 49, março.
- Harrod, R. F. (1948). *Towards a Dynamic Economics*, London: Macmillan.
- Kaldor, N. (1957). “Conferências do Prof. Nicholas Kaldor”, *Revista Brasileira de Economia*, Ano 11, No. 1, Março.
- Kaldor, N. (1959). “Economic Growth and the Problem of Inflation”, *Economica*, vol. 26, n. 103, pp. 212 – 226.
- Kaldor, N. (1960a). *Essays on Economic Stability and Growth*, Glencoe, Illinois: The Free Press.
- Kaldor, N. (1960a[1938]). “Stability and Full Employment”, in Kaldor, N., *Essays on Economic Stability and Growth*, Glencoe, Illinois: The Free Press.
- Kaldor, N. (1960a[1940]). “A Model of Trade Cycle”, in Kaldor, N., *Essays on Economic Stability and Growth*, Glencoe, Illinois: The Free Press.
- Kaldor, N. (1960a[1951]). “Hicks on the Trade Cycle”, in Kaldor, N., *Essays on Economic Stability and Growth*, Glencoe, Illinois: The Free Press.
- Kaldor, N. (1960a[1954a]). “The Relation of Economic Growth and Cyclical Fluctuations”, in Kaldor, N., *Essays on Economic Stability and Growth*, Glencoe, Illinois: The Free Press.
- Kaldor, N. (1960a[1954b]). “Characteristics of Economic Development”, in Kaldor, N., *Essays on Economic Stability and Growth*, Glencoe, Illinois: The Free Press.
- Kaldor, N. (1960a[1957]). “A Model of Economic Growth”, in Kaldor, N., *Essays on Economic Stability and Growth*, Glencoe, Illinois: The Free Press.
- Kaldor, N. (1960b[1955-6]). “Alternative Theories of Distribution”, in Kaldor, N., *Essays on Value and Distribution*, Glencoe, Illinois: The Free Press.
- Kaldor, N. (1978). *Further Essays on Economic Theory*, N. York: Holmes & Meier.



- Kaldor, N. (1978[1958]). “Capital Accumulation and Economic Growth”, in Kaldor, N., *Further Essays on Economic Theory*, N. York: Holmes & Meier.
- Kaldor, N. (1978[1962]). “A New Model of Economic Growth”, in Kaldor, N., *Further Essays on Economic Theory*, N. York: Holmes & Meier.
- Kaldor, N. (1978[1970]). “The Case for Regional Policies”, in Kaldor, N., *Further Essays on Economic Theory*, N. York: Holmes & Meier.
- Kaldor, N. (1978[1971]). “Conflicts in National Economic Objectives”, in Kaldor, N., *Further Essays on Economic Theory*, N. York: Holmes & Meier.
- Kaldor, N. (1978[1974]) . “What is Wrong with Economic Theory”, in Kaldor, N., *Further Essays on Economic Theory*, N. York: Holmes & Meier.
- Kaldor, N. (1989a[1981]). “The Role of Increasing Returns, Technical Progress and Cumulative Causation in the Theory of International Trade and Economic Growth”, in Kaldor, N., *Further Essays on Economic Theory and Policy*, N. York: Holmes & Meier.
- Kaldor, N. (1989a[1983]). “The Role of Effective Demand in the Short Run and the Long Run”, in Kaldor, N., *Further Essays on Economic Theory*, N. York: Holmes & Meier.
- Kaldor, N. (1989b[1977]). “Capitalism and Industrial Development: Some Lessons from Britain’s Experience”, in Targetti, F. & Thirlwall, A. P. (eds.), *The Essential Kaldor*, N. York: Holmes & Meier.
- Lutz, F. A. & Hague, D. C. (1963). *The Theory of Capital*, London: Macmillan.
- Meade, J. E. (1961) *A Neo-Classical Theory of Economic Growth*, Londres: Allen and Unwin.
- Palumbo, A. (2002) *Supply and Demand in Kaldor’s Models of Growth*, Università di Roma Tre, (mimeo).
- Pivetti, M. (1991). *An Essay on Money and Distribution*. N. York: St. Martin’s Press.
- Ribeiro, R. & Serrano, F. (2004) “Notas críticas sobre a curva de demanda agregada”, *Economia Ensaios* (UFU).
- Serrano, F. (1988). *Teoria dos Preços de Produção e o Princípio da Demanda Efetiva*, Dissertação de Mestrado não publicada, Rio de Janeiro, Instituto de Economia Industrial, UFRJ, (mimeo).
- Serrano, F. (2001) “Equilíbrio Neoclássico de Mercado de Fatores: Um ponto de vista Sraffiano”, *Ensaio FEE*, v. 22, n. 1.
- Solow, R. M. (1956). “A Contribution to the theory of Economic Growth”, *Quarterly Journal of Economics*, vol. LXX, Fevereiro, pp. 65-94.
- Targetti, F. (1992). *Nicholas Kaldor. The economics and politics of capitalism as dynamic system*. Oxford: Oxford University Press.
- Thirlwall, A. P. (1979). “The balance of payments constraint as an explanation of international growth rates”, *Banca Nazionale del Lavoro Quarterly Review*, Março.
- Wood, A. (1975). *A Theory of Profits*, Cambridge: Cambridge University Press.